

Gerenciamento Ambiental: Expectativa dos Custos

Francisco Marton Gleuson Pinheiro

Francisco Correia de Oliveira

Resumo:

A necessidade de adoção de uma política ambiental é fruto do crescimento da consciência ecológica da sociedade. É precisamente este fato que vem trazendo para as primeiras páginas das preocupações das empresas, o assunto a degradação ambiental que antes era discutido apenas por fanáticos participantes dos chamados partidos verdes. A sociedade passa a questionar os limites suportáveis de exploração do meio ambiente. Concluiu-se que não se pode mais tolerar o desenvolvimento baseado na destruição da natureza, pois caso isto ocorra será impossível a continuação da vida na face da terra. Diante deste problema, os empresários, ao serem pressionados pela sociedade, estão sendo obrigados a promover políticas ambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável. Isto tem sido para muitos um grande obstáculo, pois segundo eles, a expectativa dos custos elevados é incompatível com o grau de desenvolvimento de países do Terceiro Mundo. Considerando, assim, a inevitável adoção de uma política ambiental, mandatória para os países que desejam participar do Comércio Mundial no próximo milênio, e a afirmação dos empresários sobre o alto custo necessário para a prática de uma política ambiental, foi elaborado o presente estudo, que visa conhecer a posição empresarial com relação aos custos de uma política de gerenciamento ambiental. O trabalho é enriquecido com os resultados de uma outra pesquisa de campo feita em empresas cearenses do setor têxtil. A pesquisa analisa os fatos que levam as empresas à prática da gestão ambiental e a comprovação da possibilidade de retorno dos investimentos em meio ambiente

Palavras-chave:

Área temática: CUSTOS AMBIENTAIS

GERENCIAMENTO AMBIENTAL: EXPECTATIVA DOS CUSTOS

Francisco Marton Gleuson Pinheiro
Aluno de Graduação do Curso de Ciências Contábeis da UNIFOR

Francisco Correia de Oliveira, Ph.D
Prof..Titular do Departamento de Administração da UNIFOR
(Orientador)
Universidade de Fortaleza, Campos Universitário, Cx. 1258
60.811-341 - Fortaleza – CE Tel: (0xx85) 273-1667
oliveira@unifor.br

Área Temática (12): CUSTOS AMBIENTAIS
SEÇÃO ESPECIAL PARA ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

GERENCIAMENTO AMBIENTAL E O SEU CUSTO

Área Temática (12): CUSTOS AMBIENTAIS SEÇÃO ESPECIAL PARA ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO

RESUMO:

A necessidade de adoção de uma política ambiental é fruto do crescimento da consciência ecológica da sociedade. É precisamente este fato que vem trazendo para as primeiras páginas das preocupações das empresas, o assunto a degradação ambiental que antes era discutido apenas por fanáticos participantes dos chamados partidos verdes. A sociedade passa a questionar os limites suportáveis de exploração do meio ambiente. Concluiu-se que não se pode mais tolerar o desenvolvimento baseado na destruição da natureza, pois caso isto ocorra será impossível a continuação da vida na face da terra. Diante deste problema, os empresários, ao serem pressionados pela sociedade, estão sendo obrigados a promover políticas ambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável. Isto tem sido para muitos um grande obstáculo, pois segundo eles, a expectativa dos custos elevados é incompatível com o grau de desenvolvimento de países dos países do Terceiro Mundo. Considerando, assim, a inevitável adoção de uma política ambiental, mandatória para os países que desejam participar do Comércio Mundial no próximo milênio, e a afirmação dos empresários sobre o alto custo necessário para a prática de uma política ambiental, foi elaborado o presente estudo, que visa conhecer a posição empresarial com relação aos custos de uma política de gerenciamento ambiental. O trabalho é enriquecido com os resultados de uma outra pesquisa de campo feita em empresas cearenses do setor têxtil. A pesquisa analisa os fatos que levam as empresas à prática da gestão ambiental e a comprovação da possibilidade de retorno dos investimentos em meio ambiente.

Introdução

Há uma concordância entre todos aqueles que se dedicam à adoção de novos modelos de gerenciamento que os custos representam um aspecto cuja importância não pode ser minimizada sob pena de falência dos modelos que se quer implantar. Em gerenciamento ambiental não é diferente. Ao contrário, o Brasil já esteve na berlinda do mundo civilizado por ter seu representante na Conferência de Estocolmo, defendido a idéia de que o Brasil ainda não era desenvolvido suficientemente a ponto de poder arcar com os custos que uma política de gerenciamento ambiental correta acarretaria. Também são conhecidos resultados de pesquisas que comprovam ser o receio de altos custos que faz com que a implementação de políticas ligadas ao meio ambiente não sejam desenvolvidas.

2. O tema e sua relevância

As atividades humanas têm alterado consideravelmente o ambiente natural do planeta, onde vive, a ponto de colocar em perigo sua própria existência. Este simples fato já seria suficiente para tornar os custos uma variável de difícil, senão impossível aferição. Afinal de contas, qual seria o custo equivalente à destruição da espécie humana, ao seu desaparecimento da face da terra? Como alguém poderia conceber um

método para calcular semelhante absurdo? Hipotéticos ou não, os custos da atividade humana sobre a natureza, já foram denunciados por muitos autores desde a denúncia eficaz feita pela bióloga Rachel Carson em “Silent Spring”(Carson, 1962). Carson já denunciará as alterações nas florestas, nos mangues, nos mananciais e nas costas marítimas dos Estados Unidos. Assim, os últimos quarenta anos do séc. XX tem sido pródigos na produção de estudos sobre os danos causados ao meio ambiente, pela ação humana, da camada de ozônio, da poluição dos rios, lagos e mares, o aumento da concentração de gases na atmosfera, entre outras. É necessário que sejam feitas análises, onde o conhecimento científico possa encontrar soluções para estas condições atuais. Hoje, sabe-se que a destruição do nosso planeta já é maior que a possibilidade de recuperação. Assim, fica claro que é preciso adotarmos sistemas amenizadores de degradação ambiental do planeta. É indispensável ao homem moderno a compreensão da situação na qual se encontra a natureza. As ciências de maneira geral devem estar engajadas com objetivos únicos, fundamentados na proteção do meio ambiente.

A maior dificuldade identificada na procura da proteção ambiental está na conscientização da sociedade em geral, pois devido a necessidade de crescimento econômico, o homem tem deixado de lado uma preocupação iminente: produzir com qualidade de forma que não acarrete danos à natureza. Produzir com qualidade exige, por partes das indústrias, uma série de modificações no processo de industrialização, o que acarreta, segundo alguns empresários, elevados custos que, para eles, jamais poderão dar retorno favorável; por parte da sociedade, encontramos pessoas que acreditam na recuperação da natureza, pois para elas a natureza é superior as ameaças, assim importando apenas que ao produzir, faça-se com cautela, procurando ao máximo diminuir os impactos ao meio ambiente. Felizmente, é um número pequeno de pessoas que pensam assim, pois atualmente a questão ambiental tem despertado o interesse da maioria da população, preocupada com o futuro das gerações vindouras.

Um fato curioso nas mudanças climáticas está no fato de que elas são causadas não só por transformações advindas da indústria, mas também de fatos sócio-políticos como guerras, e epidemias de fome, o que dificulta ainda mais a proteção do nosso planeta. Mas isso não pode ser um obstáculo impossível de ser ultrapassado, pois o desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade, se for devidamente conduzido, talvez possa encontrar saídas para os problemas causados pela ação antrópica, que até agora tem contribuído para a deterioração do planeta. O desenvolvimento científico, por si só, tem levado, no entanto, para ação predadora e não conservadora do ambiente. Exatamente, por isto, é que o desenvolvimento tem sido um custo significativo, algumas vezes até hediondo, contra a própria humanidade. Basta para isto lembrar-se dos constantes desastres ecológicos que tem acompanhado o crescimento industrial nos últimos 40 anos para não falarmos em toda a história da industrialização.

As tomadas de decisões, tanto políticas como econômicas, precisam estar voltadas para um objetivo único, centralizado no bem estar social. Enquanto a política, deve ser adotada no intuito de limitar o processo de exploração do meio ambiente. A economia deve estar centrada apenas em adequar estas formas à realidade, às leis, ao mercado. Quando falamos em tomada de decisão econômica nos referimos aos empresários, à sociedade, ao governo. Para que ocorra empatia entre a visão política e a visão econômica, surge a necessidade de um elemento primordial, o conhecimento científico. A partir dele e baseando-se nele é que os problemas serão resolvidos. Assim, podemos

constatar três fatores importantes no processo de proteção ambiental, a economia, a política e o conhecimento científico. Só com o uso destes três é que os problemas ambientais poderão ser amenizados. No uso da política, da economia e do conhecimento científico é indispensável a harmonia, baseada, simplesmente, na obediência às normas criadas.

A necessidade de definição de estratégias na procura de proteger o meio ambiente já é realidade. Hoje, as organizações, instituições, procuram desenvolver formas capazes de solucionar a questão ambiental. Promovendo com isso uma série de propostas que devem ser incorporadas ao desenvolvimento, podendo atingir o objetivo fim.

Surge com a preocupação ambiental, para as empresas, principalmente, a necessidade de estarem preparadas a produzir evitando ao máximo a destruição do meio ambiente. Isto requer tempo e dinheiro, o que provoca grande insatisfação por parte dos empresários. Para eles, produzir protegendo o meio ambiente sai muito caro, pois os custos são elevados e de difícil identificação. Aqui entra o papel da contabilidade que deve adotar sistemas de custos ambientais para as empresas, capazes de medir e reconhecer os custos ambientais como eles se apresentam.

Os custos ambientais devem ser apresentados nas demonstrações contábeis, pois eles são de grande importância, principalmente para as empresas que atuam diretamente na exploração de recursos naturais ou que dependam diretamente do meio ambiente para atingir os seus objetivos.

Como vemos, o tema de Gerenciamento Ambiental e o seu Custo é de grande relevância. Assim, não podem ser deixado de lado. Porque a cada dia aumenta a degradação ambiental e isto é um fator de suma importância para a nossa permanência no planeta Terra. Portanto, não podemos considerar os custos ambientais como sendo externos às atividades da empresa. Pelo contrário, os mesmos devem ser vistos como custos que estão ligados diretamente ao processo de produção.

3. Passivo Ambiental

É sabido que o meio ambiente tem sido motivo de preocupação, tanto de governos e de organismos, em todo o mundo. As atividades humanas tem provocado danos desastrosos ao meio ambiente e isto tem gerado revolta na sociedade mundial. Na procura de proteger o meio ambiente, as mobilizações tem sido gerais. Desta forma, atualmente, as empresas, por serem as principais responsáveis pela degradação ambiental, estão sendo pressionadas a reconhecerem os danos causados à natureza, como uma obrigação que tem um ônus financeiro.

Surge, portanto, a figura do passivo ambiental, que segundo MARTINS e RIBEIRO (1995; p.08):

“ se refere aos benefícios econômicos (ou resultados econômicos), que serão sacrificados em função da preservação, recuperação e proteção do meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação às questões ambientais”.

Na procura de redução da emissão de efluentes, reciclagem de materiais, atendimento a situações de emergências e até mesmo de análise do ciclo de vida dos produtos e de seu impacto sobre a natureza, o passivo ambiental faz-se presente. Por isso estes gastos do meio ambiente devem ser considerados de grande importância para as empresas. Neste caso podemos entender o passivo ambiental como despesas, gastos que serão necessários na adoção ou na renúncia de uma política ambiental. No primeiro caso, na adoção de política ambiental, a empresa, ao seguir uma diretriz ambiental correta, terá despesas que serão redutoras do lucro, mas em uma proporção pequena; já, no segundo, na renúncia, a empresa correrá um risco muito grande, pois não reconhece o passivo ambiental que ela usufrui, pois difere o mesmo inocentemente ou propositadamente, assim poderá sofrer um enorme impacto em sua estrutura caso venha ser reconhecida a degradação por ela provocada.

A questão do passivo ambiental passou a ser vista de forma mais contundente quando o grupo francês Rhône-Poulenc-Rhodia, empresa do setor químico, adquiriu os direitos de uma outra empresa, no município de Cubatão-SP, objetivando desta forma montar uma nova unidade do grupo. Depois de finalizada as operações, verificou que havia adquirido não somente as instalações, mais também, um gigantesco depósito de lixo químico que necessitava de tratamento imediato, caso contrário não poderia desenvolver as suas atividades operacionais, pois teria que resolver o problema de imediato, assim possibilitando uma interação com a população local e o atendimento às exigências legais. (MARTINS e RIBEIRO, 1995).

A situação da Rhodia foi bastante discutida no mundo dos negócios, e com isso, passou a servir de referência para as empresas da necessidade de se considerar o passivo ambiental, principalmente, nos casos de fusão, cisão, incorporação, venda e privatização de empresas.

Fica, portanto, o dilema: é melhor investir em meio ambiente com despesas discretas e progressivas, ou arcar com um custo elevado, representado por um passivo ambiental gigantesco. É preciso que os empresários, como principais articuladores do desenvolvimento, tomem consciência da gravidade do problema. E para isso devem tomar como referência desta gravidade os acidentes ocorridos em Minamata, Japão, anos 50 – vazamento químico da indústria Química Chisso poluiu a Baía de Yatsushiro; Ontário, Canadá, 1982 – chuvas ácidas matam peixes; Cubatão, São Paulo, 1984 – vazamento de oleoduto da Petrobrás causa a destruição da favela Vila Socó; Bhopal, Índia, 1984 – vazamento de isocianeto de metila, inseticida, mata mais de duas mil pessoas; Chernobyl, antiga URSS, 1985 – destruição de um reator nuclear que poluiu a atmosfera com radiação, provocando mortes e a possibilidade de câncer em milhares de pessoas; Alasca, 1989 – derramamento 45,1 milhões de litros de petróleo do Exxon Valdez mata milhares de animais; e o mais recente, de responsabilidade da Petrobrás, acontecido no mês de janeiro d3 2000, no Rio de Janeiro – vazamento de 1,3 milhões de litros de óleo cru nas águas da Baía de Guanabara.

Mesmo diante destes fatos, será que as empresas suportariam arcar com as multas, caso elas fossem calculadas de forma aproximadas do real, advindas dos órgãos competentes; será que elas irão suportar a insatisfação do mercado consumidor com relação aos acidentes provocados. Assim, podemos constatar que a figura do passivo ambiental está presente em todas as empresas, por isso, elas devem reconhecer a sua responsabilidade em evitar ao máximo degradar o meio ambiente.

4. Desenvolvimento sustentável

A Gestão Ambiental já é uma realidade presente nas empresas. Hoje, grandes grupos empresariais estão voltando sua preocupação para a conservação do meio ambiente. Isto tem sido o resultado da pressão que vem sendo feita pelos governos, sociedade, organizações, enfim por todo aqueles que fazem parte do desenvolvimento do planeta. Devida às exigências impostas pelo mercado os empresários estão se conscientizando da necessidade de produzir com a manutenção da natureza. É o que se conhece como sendo o desenvolvimento sustentável. Ele está basicamente definido por objetivos como: manter a natureza de forma que possa conceder ao homem tudo que ele precisa para desenvolver-se; preservar a diversidade natural; e assegurar a sustentabilidade, através de métodos produtivos de não-poluição.

O objetivo principal do desenvolvimento sustentável está em produzir de forma que a degradação ambiental seja reduzida, pois é necessário que isto aconteça, caso contrário o nosso planeta, num futuro bem próximo, não terá mais como poder subsistir.

Barbieri (1997, p.23) cita a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) , mais conhecida como Comissão Brundtland que define desenvolvimento sustentável como é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades”. Esta Comissão trabalha com o objetivo principal de criar propostas para a conscientização do desenvolvimento sustentável. Para a CMMAD as preocupações não devem estar direcionadas só ao meio ambiente, mas também ligadas ao desenvolvimento.

Não interessa só a adoção de uma política de proteção do meio ambiente. É importante que a política adotada englobe, em seus objetivos, o interesse pelas condições de vida da sociedade. Isto deve acontecer, pois estar preocupado com o meio ambiente não é só estar preocupado com a flora e a fauna do planeta. Pelo contrário, vai além disso, pois o ser humano é peça fundamental para a proteção ambiental. Por isso é interessante que a preocupação vá além, onde a situação humana seja um fator necessário de proteção. Portanto, não se pode deixar de lado esta peça importante para o desenvolvimento e a conservação do planeta, porque todos os homens são responsáveis pela poluição do planeta.

5. A questão ambiental

A política ambiental não chegou por opção primeira das empresas, mas por pressão da sociedade. A sociedade organizada é que foi denunciando quer a ação deletéria de algumas empresas, como fez Rachel Carson, quer organizando-se contra acidentes ambientais de grandes proporções, tais como Chernobyl, Exxon Valdez e Minamata. Assim, a política ambiental chega para reparar danos que estavam sendo infligidos à humanidade, bem como para melhorar a imagem das organizações perante a sociedade. Foi uma necessidade de marketing. Sem a política ambiental, estas organizações teriam sua imagem denegrida e sofreria com isto perdas substanciais no mercado.

A corrida pela preservação ambiental torna-se necessária não pela vontade de contribuir pela qualidade de vida, mas pelo motivo de que investir em meio ambiente torna-se necessário. O atual Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, em entrevista ao informe publicitário Empresa & Ambiente disse:

“São sempre as grandes empresas que lideram as inovações. Mas a tendência é de que as políticas de gerenciamento do meio ambiente se alastrem pelo mundo empresarial, seja porque todos vão descobrir, mais cedo ou mais tarde, que se perde dinheiro poluindo, seja porque o consumidor e o mercado externo se tornarão ainda mais exigentes”.

Nunca as organizações, de maneira geral, estiveram tão preocupadas com a questão do meio ambiente. Agiam, num passado próximo, como se não houvesse natureza, onde os rios, mares, terras e ar, não passavam de recursos inesgotáveis. Atualmente, a maioria das organizações vêm concentrando esforços no sentido de se adequarem às normas ambientais da qualidade. Algumas fazem isso porque acreditam no potencial da qualidade ambiental; outras porque acham importante investir em meio ambiente, pois dá retorno e é uma exigência mundial e quem não se enquadrar perderá a possibilidade de concorrer no mercado global; e outras investem porque, para elas, a natureza é um bem coletivo e o mais democrático encontrado neste planeta, além de ser indispensável à nossa permanência e sustentabilidade. Há ainda quem negue a possibilidade de investir em meio ambiente por acreditar que não passa de especulação dos países ricos sobre os países pobres, de reserva de mercado.

Atualmente, as organizações têm incorporado a questão ambiental no planejamento estratégico e na sua estrutura organizacional, ocasionando uma alteração gigantesca nos objetivos a serem alcançados, mas possibilitando as mesmas de estarem incluídas no rol do dia. Preocupadas com a defesa da natureza, em nome dos princípios que garantem a vida, com qualidade, dos habitantes da Terra. Um exemplo de um grupo empresarial preocupado com o meio ambiente é a 3M. Er de Oliveira, diretor de Tecnologia e Serviços de Manufatura da 3M do Brasil, afirmou numa entrevista à Gazeta Mercantil que: “Todas essas questões vêm junto na hora do planejamento e desenvolvimento de produtos”. Diz mais, com relação aos 810 milhões de Dólares que a empresa economizou com gestão ambiental durante 25 anos: “O desafio da 3M era mostrar que a prevenção da poluição tinha um retorno financeiro, não só de imagem”.

O gerenciamento de política ambiental implica na adoção e/ou revisão de processos produtivos que estejam comprometidos com o desenvolvimento sustentável, baseado no respeito às normas de proteção ambiental.

Maimon apud Andrade apud BEUREN (1989) afirma que:

“nos países desenvolvidos a contribuição da sociedade para uma mudança no comportamento das organizações, perante a questão ambiental, implicou em: - desprezo dos consumidores aos produtos oriundos de empresas poluentes e conseqüentemente expansão dos mercados de produtos ambientalmente mais amigáveis; - expansão de movimentos ambientalistas, através da elaboração/avaliação dos Estudos de Impactos Ambientais e difusão de tecnologias alternativas; levando os órgãos de regulamentação a se sentirem pressionados no sentido de melhorar seus desempenhos no controle e

monitoramento da poluição e consolidar um aparato institucional e legal de políticas ambientais”.

As grandes mudanças ocorridas nas empresas, ocasionaram a necessidade de se pensar em novas formas de produção, onde não haja desperdícios, onde a natureza tenha a sua importância. A busca contínua de novas formas de produção é o motor para que a engrenagem ambiental funcione, possibilitando a geração de conhecimento científico, principalmente, capaz de solucionar os problemas existentes. Portanto, preocupar-se com o meio ambiente não é apenas um ato voluntário, vai além, porque é uma forma de participar da abertura de mercado e assim facilitar a comercialização de seus produtos. As organizações podem deixar de optar por este instrumento conhecido como Sistema de Gestão Ambiental, SGA, mas irão pagar um preço alto, maior que o custo de implantação do SGA, que a maioria delas acham tão elevado.

6. Breve histórico

O Sistema de Gestão Ambiental surgiu a partir das preocupações com a proteção do meio ambiente. Preocupações estas que foram transmitidas para as indústrias, de maneira especial, sobre diversas formas. Estas pressões centram-se em várias áreas, mas as que sensibilizaram as empresas exploradoras e de transformação, principalmente, foram as advindas do sistema financeiro, das companhias de seguros e da legislação ambiental. Atualmente, os bancos, as financeiras e demais instituições não concedem empréstimos a empresas que não adotam numa política ambiental; as companhias seguradoras só aceitam apólices contra sinistros ambientais com empresas de comprovada competência ambiental; e por sua vez, a legislação, esta a que mais causa preocupação aos empresários, pois ela a cada dia se fortalece, sempre criando leis que possam contribuir para a preservação e conservação do meio ambiente.

De acordo com as exigências acima, as empresas estarão livres para atuarem no mercado, caso contrário, a sua continuidade está ameaçada. Surge desta forma a necessidade das mesmas se adequarem às exigências legais e de mercado. Elas precisam de um direcionador que as coloquem em dias com a política ambiental, pois estão carentes dela.

No intuito de orientar as empresas na adoção de uma política ambiental correta, surgiu, durante a elaboração dos Sistemas de Gestão da Qualidade, a British Standards (BS), em 1992, a norma BS 7750 que procurou ordenar os procedimentos de gestão ambiental já existentes, e ao mesmo tempo, permitir a certificação dos Sistemas de Gestão Ambiental. Esta norma foi criada seguindo a mesma linha de pensamento da norma BS 5770, que relaciona-se à qualidade total. A BS 7750 equivale à série ISO 14000, conjunto de normas relacionadas com a implantação de sistemas de gerenciamento ambiental. Enquanto que a BS 5770, é equivalente à ISO 9000, conjunto de normas relacionadas com a qualidade. (Cajazeira; 1997).

Para que as empresas vissem a necessidade de estarem enquadradas no SGA, passou um período muito longo. Segundo Cajazeira foi necessário que as mesmas provassem da necessidade de proteger o meio ambiente. É nessa provação que ele cita sobre três fases do pensamento do empresário com relação à proteção do meio ambiente. A primeira é a fase negra, onde o pensamento do empresariado era o de que a degradação ambiental era um fator necessário à garantia do desenvolvimento social. A

Segunda, a fase reativa, foi onde começou a busca, por parte de algumas organizações, em proteger o meio ambiente, onde é iniciado a preocupação com o Gerenciamento Ambiental, baseado na aceitação da legislação, na diminuição dos custos e na melhoria da imagem da empresa. A terceira, a fase pró-ativa, está fundamentada no meio ambiente como forma de negócio para as empresas, onde a ordem é produzir com o respeito ao meio ambiente, ou seja, o desenvolvimento sustentável. (CAJAZEIRA, 1997)

A visão econômica das organizações, centradas **apenas no desenvolvimento, no lucro**, é alterada, modificada por uma visão mais voltada para o desenvolvimento sustentável. Aqui não se deixa de lado o crescimento econômico, pelo contrário ele é cada vez mais necessário, só que deve acontecer a partir de uma política preocupada .

7. Custos ambientais

A necessidade de preservar e conservar os recursos naturais vem sendo cada vez mais colocada em questão. A crise ecológica tem sido o motivo de muita preocupação por parte da sociedade em geral. Nos últimos anos tem se falado muito na crise ambiental em que está passando o nosso planeta.

O resultado disso tem sido a insatisfação do mercado consumidor, principalmente. Hoje, o marketing ecológico tem um poder muito grande de despertar as pessoas para o que está acontecendo. Isto tem ocasionado nas empresas, devido serem elas as maiores causadoras de poluição ambiental, mudanças drásticas no processo produtivo. Antigamente produzir era necessário, mas isto foi sendo passado para trás devido a colocação no mercado consumidor de produtos de baixa qualidade. Com essa insatisfação surgiu a definição de novas formas de produção voltadas para a alta qualidade. Mas estas novas formas de produção não estavam preocupadas com os impactos causados ao meio ambiente. Por este motivo foi sendo ampliada para a qualidade ambiental em cada empresa. Passou-se a entender que não é aceitável o fato de produzir com alta qualidade que venha a carregar problemas ambientais como a poluição.

A sociedade, alertada pelos sistemas naturais, passou a ver que os métodos de produção atuais estão errados, são incapazes de propiciar o bem-estar social. Isto foi sendo visto pelo mercado consumidor com bons olhos, o que possibilitou às várias empresas, que participam de uma política ambiental correta, concorrem nos mercados mais exigentes de consumidores, proporcionando-lhes novas oportunidades mercadológicas.

As empresas passaram a ser impulsionadas a aderirem a tais imposições sociais, pois se assim não fizerem estarão condenadas ao fracasso. Esta prática foi bem vista por algumas organizações, o que possibilitou às empresas trabalharem de forma ambientalmente correta que, além de exigirem mais uma série de comportamentos ambientais, foi capaz de criar um instrumento conhecido como Gestão Ambiental, hábil para atender a todos os requisitos minimamente exigidos pela legislação ambiental, além de dar ensejo a novas possibilidades de competição mercadológica.

Para Manoel Geraldo de Andrade, presidente da Millennium, empresa considerada maior produtora de dióxido de titânio, material empregado na fabricação de tintas, vernizes, plásticos, papel e cosméticos, em entrevista ao informe publicitário

Empresa & Ambiente disse: “Esse mercado deve crescer ainda mais à medida que se passa a encarar o meio ambiente como investimento e não como despesa, transformando em valor o elemento agressor”.

A nova forma de comportamento do mercado favoreceu muito à produção com alta qualidade, mas ela também passou a exigir muito mais das empresas. Sabe-se que o novo comportamento do mercado originou nas organizações uma série de custos que, para muitos são mal vistos, devem ser tratados de forma mais aprofundada. Entre estes custos, surgiu uma preocupação muito considerada com os custos ambientais. Custos estes, capazes de abalar qualquer estrutura de uma empresa, caso não sejam bem avaliados.

Com o trabalho nas organizações envolvendo estes custos, passou-se a se preocupar como identificá-los e como medi-los. Pois são custos considerados intangíveis e isto tem dificultado bastante a forma de pensamento de muitos estudiosos.

Identificar os custos ambientais tem sido muito complicado, motivo pelo qual vem despertando o interesse de se fazer estudos que possibilitem a sua melhor forma de mensuração. Outro motivo importante de se estudar as possibilidades de identificação dos mesmos, parte da necessidade do meio empresarial se adequar às exigências do mercado global.

Muitas empresas vêm concentrando esforços com o objetivo de estarem em dia com as novas necessidades do mercado, relativas ao meio ambiente. Fato de grande relevância para a contabilidade de custos tem sido identificar e registrar os custos ambientais. Momento de grande importância para o meio empresarial, pois ao considerarem os reclames da legislação ambiental, estão obrigadas a fazerem estudos que possam, da melhor forma possível, representar a realidade dos custos praticados.

As dificuldades para se identificar os custos ambientais são muitas, mas a principal decorre do motivo das empresas reconhecerem estes custos como sendo externos à sua realidade. Além do mais são custos intangíveis, ou seja, custos que não podem ser avaliados de forma precisa por não terem um valor determinado, mas que representam um valor intrínseco muito elevado que deve ser considerado, caso contrário, as empresas poderão distorcer os seus resultados.

Devido a visão de muitos estudiosos em considerar estes custos como sendo externos à produção, a compreensão dos mesmos fica limitada à opiniões não fundamentadas. Bem que identificar os custos ambientais não é matéria fácil, mas este não deve ser o motivo para que se limite o seu tratamento na contabilidade de custos ambiental.

O maior desafio para as empresas tem sido trabalhar os custos ambientais como sendo internos à produção. Coisa de difícil realização, primeiro pelo fato de sua intangibilidade, e segundo por necessidade de um sistema de custos capaz de calcular o impacto ambiental e depois alocar os respectivos custos aos produtos. Com relação à primeira dificuldade Mota apud CAMPOS (1996; p.44) considera externalidade como sendo “um custo externo, ou seja, aquele que muito possivelmente não é incorporado aos custos do produto”. Continua dizendo que as externalidades existem “quando as relações de produção ou de utilidade de uma empresa ou indivíduo incluem algumas

variáveis cujos valores são escolhidos por outros sem levar em conta o bem estar do afetado, e além disso os causadores dos efeitos não pagam nem recebem pela sua atividade”.

Nenhuma empresa que deseje atuar com forte concorrência poderá desconsiderar a necessidade de analisar os custos ambientais. Segundo a afirmação anterior podemos concluir que os custos ambientais podem ser vistos de duas formas distintas, que são os custos ambientais como bem comum e os custos ambientais como custo social. Nos custos ambientais como bem comum, encontramos a universalização dos custos, ou seja, eles são vistos como um bem comum a toda a sociedade, pois a poluição, os desmatamentos, enfim todos os efeitos negativos causados pela degradação ambiental refletem os seus efeitos a toda sociedade. Já nos custos ambientais vistos como um bem social podemos analisar estes como sendo ligados diretamente à degradação, onde os efeitos causados à natureza devem ser incorporados aos preços dos produtos. (CAMPOS; 1996).

8. Pesquisa nas empresas cearenses

A análise inicial dos resultados obtidos num estudo feito nas empresas cearenses do setor têxtil sobre a implantação do gerenciamento ambiental parece confirmar a hipótese de que o gerenciamento ambiental nas empresas está longe de ser o papai-ninguém dos tempos modernos. Em recente pesquisa feita com o objetivo de: avaliar os resultados obtidos pelas empresas após a adoção da gestão ambiental; as empresas pesquisadas apresentaram novas oportunidades de negócios geradas com a gestão ambiental, bem como identificaram diversos fatores que vem promovendo vantagens competitivas. Chegou-se a conclusão de que o principal motivador de investimentos em meio ambiente tem como propósito específico a geração de resultados financeiros, bem como a geração de negócios e vantagens competitivas. (Façanha, 2000)

Notou-se que o setor têxtil cearense está empenhado em investir em meio ambiente, pois os resultados são satisfatórios. Como resultado da implantação da Gestão Ambiental constatou-se o aumento da produtividade e o aumento de resultados financeiros. Além disso houve diminuição de acidentes envolvendo empregados e de reclamações das unidades de produção.

Algumas das indústrias pesquisadas constataram redução de custos com a implantação do SGA logo após o primeiro ano de implantação. Bem como apresentaram resultados financeiros satisfatórios em pouco tempo de implantação da política ambiental.

Com relação as novas oportunidades de negócios, todas as indústrias pesquisadas foram unânimes em afirmar que investir em meio ambiente gera retorno. A crença por parte das indústrias com relação as vantagens competitivas está fundamentada na possibilidade de concorrência, onde as mesmas acreditam que ao se adotar a política ambiental, adota-se também uma estratégia competitiva que irá proporcionar a maior possibilidade de sucesso.

Todas as indústrias pesquisadas acreditam na importância da certificação ISO 14001, como a possibilidade de expansão de mercado. Ou seja, investir em meio

ambiente, para elas, tem como retorno a satisfação do cliente e por conseguinte uma melhor aceitação dos produtos no mercado.

Notamos que a consciência formada pelos empresários com relação à política ambiental não está embasada na necessidade de proteger a natureza. Eles investem em meio ambiente por motivo de pressão social. A visão ecológica dos empresários ainda limita-se ao custo benefício, pois se se investir em meio ambiente não gerasse retorno, certamente não o fariam. Quem possibilitou as empresas a investirem em meio ambiente foi a regulamentação ambiental com suas medidas de controle da poluição e o mercado com sua tolerância ecológica.

Conclusão

A adoção de uma política ambiental deixa de ser mero requisito legal. Passa a ser uma possibilidade constante de continuidade e de competitividade das empresas. Os sistemas antigos de produção foram tornando-se ineficazes, com isso, passaram a ser substituídos por novas formas de produção baseadas na qualidade e confiabilidade, principalmente.

Observou-se que a busca da qualidade não limitava-se somente aos produtos, foi mais além, passou a ser vista por um ângulo mais abrangente, onde a sociedade passa a ser o objetivo principal. Como consequência desta nova visão de mercado a sociedade é quem dita o que quer consumir e como devem ser produzidos os bens e serviços por ela absorvidos. Isto gera por parte das empresas uma série de preocupações, pois os consumidores de seus produtos não estão dispostos a pagarem por produtos que poluem o meio ambiente.

Surge desta forma a procura por meios de gestão que possam atender às exigências mínimas, feitas pela legislação ambiental e pelo mercado de consumidores. As empresas passam a ser obrigadas a desenvolver uma nova política administrativa, voltada para regulamentar as suas atividades à condição ambiental. A busca por meios eficientes e eficazes de gestão ambiental torna-se necessária ao desenvolvimento. É inevitável a definição de uma política baseada no gerenciamento ambiental, onde o desenvolvimento sustentável possa ser a fonte para o novo processo produtivo.

A preservação e conservação do meio ambiente é, assim, quem determina a melhor forma de gerenciamento ambiental. Com isso, a necessidade de métodos que possibilitem a identificação e o reconhecimento dos custos oriundos da prática ambiental, de forma capaz de promover o crescimento e o desenvolvimento das empresas, será fator chave para o crescimento..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

3M economiza US\$ 810 mi com gestão ambiental. **Gazeta Mercantil**. São Paulo: Caderno de Economia, 20.jan. 2000, p.A-7.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as Estratégias de Mudanças da Agenda 21**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997 p. 21.

BEUREN, Ilse Maria e GUESSER, Jaqueline Manes. Identificação e mensuração dos custos ambientais. **Anais do V Congresso Brasileiro de Gestão Estratégica de Custos**. UFC – Fortaleza, 1998, p. 987-1001.

CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. **ISO 14000 – Manual de Implantação**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1997.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza. **Um estudo para a definição e identificação dos custos da qualidade ambiental**. *Dissertação de Mestrado*. Florianópolis, EPS-UFSC, 1996.

CARSON, Rachel. **Silent Spring**, Boston, Houghton Mifflin, 1962 .

MARTINS, Eliseu e RIBEIRO, Maisa de Souza. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente**. Artigo não publicado. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1995.

NA primeira posição. **Empresas & Ambiente**. Informe publicitário. 2000.